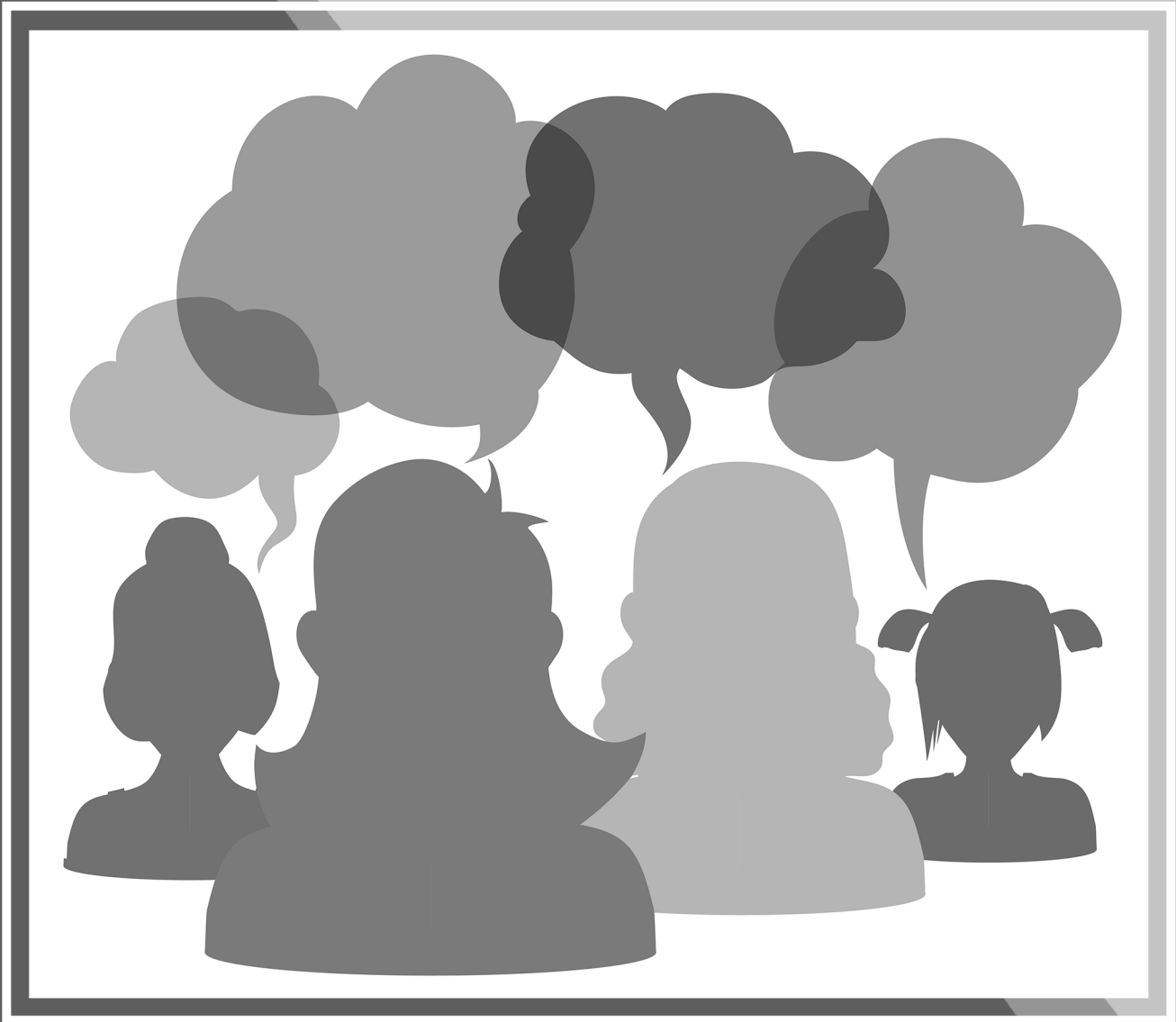


História: Espaço Fecundo para Diálogos 2



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscarro
(Organizadores)

História: Espaço Fecundo para Diálogos 2



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscaro
(Organizadores)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	<p>História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos 2 / Organizadores Antonio Gasparetto Júnior, Ana Paula Dutra Bôscaro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-81740-01-6 DOI 10.22533/at.ed.016201102</p> <p>1. História – Filosofia. 2. História - Historiografia. 3. Historiadores. I. Gasparetto Júnior, Antonio. II. Bôscaro, Ana Paula Dutra. CDD 907.2</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O campo da História é repleto de possibilidades ou, como sugere o título deste livro, um espaço fecundo para diálogos. Neste sentido, são possíveis análises cronológicas, quantitativas, qualitativas, biográficas, transnacionais e interdisciplinares que permeiam outras variáveis como econômicas, políticas, sociais, culturais e educacionais, por exemplo. Assim, o chamado para se refletir sobre a História é um chamado para se pensar a atuação do ser humano no planeta, em suas diferentes épocas, seus diferentes contextos e em suas diferentes abordagens.

A História, como ciência, é dotada de métodos que são empregados por seus pesquisadores e pesquisadoras para, a partir de questões que são colocadas, verificar suas teses em fontes pertinentes ao tema analisado. O que o leitor encontrará neste volume são textos que foram selecionados para composição do livro a partir de um eixo que prioriza a reflexão a respeito da Educação, da Religião e do Patrimônio. Os 30 capítulos são frutos de estudos que foram desenvolvidos por profissionais de diversas instituições do país.

Na primeira parte da obra estão reunidas análises históricas acerca da Educação. De modo que, internamente, esses textos permeiam debates em torno de questões étnicas na Educação, aspectos do ensino básico e do ensino universitário.

Na segunda parte da obra estão reunidas análises históricas situadas no campo das religiões. Assim sendo, os respectivos capítulos concentram análises que retomam aspectos religioso desde a Idade Média até os dias atuais, além de refletir sobre questões de gênero no campo religioso e trajetórias pessoais.

Por fim, a terceira parte do livro é composta por análises históricas no campo do Patrimônio. De tal forma abrangente que parte da antiguidade egípcia até a música contemporânea. Seus textos discutem outros temas como folclore, teatro e quilombos.

Em síntese, a obra *História: espaço fecundo para diálogos* é uma constatação ao leitor das inúmeras possibilidades das pesquisas históricas, apresentando resultados de investigações que são notadamente importantes para o conhecimento da sociedade. Ademais, é de suma importância a divulgação científica do trabalho do Historiador/Historiadora, que constrói pontes para uma sociedade mais justa e consciente.

Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscaró

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NEGRITUDE E MEMÓRIAS APAGADAS: O ENSINO DE HISTÓRIA E AS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS DE UMA CIDADE MINEIRA (1976-2016)	
Maria Rita de Jesus Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.0162011021	
CAPÍTULO 2	14
EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA PROPOSTA DE VISIBILIZAR A LEI 10.639/2003 E DECOLONIZAR O CURRÍCULO NO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL MIGUEL ARCANJO, EM SÃO SEBASTIÃO – DISTRITO FEDERAL	
Técia Goulart de Souza Elison Antonio Paim	
DOI 10.22533/at.ed.0162011022	
CAPÍTULO 3	24
ÓRFÃOS DO ELDORADO DE MILTON HATOUM: UMA PROPOSTA DE LEITURA PARA A HISTÓRIA E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NA AMAZÔNIA	
Arcângelo da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.0162011023	
CAPÍTULO 4	37
HISTÓRIA INDÍGENA NO ENSINO DE HISTÓRIA: HÁ LUGAR PARA TEMPORALIDADES OUTRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA?	
Edith Adriana Oliveira do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.0162011024	
CAPÍTULO 5	53
PAULO BOURROUL E O ENSINO DAS CIÊNCIAS NA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO NO FINAL DO SÉCULO XIX	
Matheus Luiz de Souza Céfalo	
DOI 10.22533/at.ed.0162011025	
CAPÍTULO 6	69
EDUCAÇÃO INFANTIL NA LEI FEDERAL Nº 10.639/03: INDIFERENÇA A SER SUPERADA	
Carla Santos Pinheiro Lauro de Freitas/Bahia	
DOI 10.22533/at.ed.0162011026	
CAPÍTULO 7	80
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR MEIO DA ILUMINAÇÃO SEMAFÓRICA DE BELO HORIZONTE: “PROJETO CIDADE REVELADA - INTERPRETAÇÃO E SINALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL”	
Ana Carolina Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.0162011027	

CAPÍTULO 8	91
PATRIMÔNIO CULTURAL E A HISTÓRIA LOCAL: UMA PESQUISA DO PROFHISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Antônia Lucivânia da Silva Paula Cristiane de Lyra Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0162011028	
CAPÍTULO 9	106
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA OS ANOS INICIAIS	
Carollina Carvalho Ramos de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.0162011029	
CAPÍTULO 10	118
IMAGENS EM SALA DE AULA: O USO DE PINTURAS HISTÓRICAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Priscila Santos Calegari	
DOI 10.22533/at.ed.01620110210	
CAPÍTULO 11	131
CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO	
Gerson Luiz Buczenko	
DOI 10.22533/at.ed.01620110211	
CAPÍTULO 12	141
ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL E INTERDISCIPLINARIDADE: UMA ANÁLISE DAS COLEÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E LÍNGUA PORTUGUESA	
Nádia Narcisa de Brito Santos	
DOI 10.22533/at.ed.01620110212	
CAPÍTULO 13	154
ARIANO SUASSUNA: A ESCRITA E A PRÁTICA DE UM PENSAMENTO EDUCACIONAL NO “BRASIL REAL”	
Aurea Maria Bezerra Machado	
DOI 10.22533/at.ed.01620110213	
CAPÍTULO 14	165
O (AUTO) BIOGRÁFICO NO PROCESSO FORMATIVO: DOCÊNCIA ORIENTADA NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	
Fabiana Regina da Silva Cristiane Medianeira da Silva Reis	
DOI 10.22533/at.ed.01620110214	
CAPÍTULO 15	180
A MISSÃO DAS UNIVERSIDADES: UMA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DAS PROPOSIÇÕES EDUCACIONAIS DE ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA	
Alexandre de Britto Redondo	
DOI 10.22533/at.ed.01620110215	

CAPÍTULO 16	194
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: COTAS PARA ESTUDANTES NEGROS	
Josefa Neves Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.01620110216	
CAPÍTULO 17	208
SANTO INOCÊNCIO MÁRTIR: UM SANTO ITALIANO DO SÉCULO III EM TOMAZINA PR	
Jonathas Wilson Michelin	
Angelita Marques Visalli	
DOI 10.22533/at.ed.01620110217	
CAPÍTULO 18	221
A IGREJA E A FONTE DE NOSSA SENHORA D'AJUDA DE PORTO SEGURO (1551- 1761)	
Lucas de Almeida Semeão	
DOI 10.22533/at.ed.01620110218	
CAPÍTULO 19	233
AS HAGIOGRAFIAS SEISCENTISTAS DE JOSÉ DE ANCHIETA: PROJETOS POLÍTICOS E IDENTIDADES RELIGIOSAS EM CONCORRÊNCIA	
Camila Corrêa e Silva de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.01620110219	
CAPÍTULO 20	246
O SOCIAL NA ARTE SACRA DE E. P. SIGAUD: O CASO DAS PINTURAS MURAIIS MODERNISTAS NA CATEDRAL DE JACAREZINHO	
Luciana de Fátima Marinho Evangelista	
DOI 10.22533/at.ed.01620110220	
CAPÍTULO 21	258
A PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA NA DIOCESE DE MANAUS	
Elisângela Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.01620110221	
CAPÍTULO 22	271
O DESAFIO DE PESQUISAR O ACERVO DAS ORDENS RELIGIOSAS FEMININAS EM PORTUGAL	
Tatiane de Jesus Chates	
DOI 10.22533/at.ed.01620110222	
CAPÍTULO 23	284
O DISCURSO PROTESTANTE PENTECOSTAL DA BÍBLIA DA MULHER ACERCA DA CONDIÇÃO FEMININA VERSUS O DISCURSO ORAL DAS FIEIS	
José Glauber Lemos Diniz	
Daniele Barbosa Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.01620110223	

CAPÍTULO 24	298
ARCEBISPO DA PARAÍBA DOM JOSÉ MARIA PIRES: RELIGIÃO E POLÍTICA ENTRE OS ANOS DE 1965-1985	
Naiara Ferraz Bandeira Alves	
DOI 10.22533/at.ed.01620110224	
CAPÍTULO 25	308
PERSPECTIVAS HISTÓRICAS ACERCA DOS DISCURSOS SOBRE A MA'AT N'AS LAMENTAÇÕES DE KHA-KHEPER-RÉ-SENEB	
Victor Braga Gurgel	
DOI 10.22533/at.ed.01620110225	
CAPÍTULO 26	321
APONTAMENTOS PARA UM ESTUDO DA EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE FOLCLORE NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO O CASO DE SILVIO ROMERO	
Manoel Carlos Fonseca de Alencar	
DOI 10.22533/at.ed.01620110226	
CAPÍTULO 27	330
NICOLAU ALEKHINE NO ARQUIVO IPHAN-SP: UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA	
Rafael de Araújo Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.01620110227	
CAPÍTULO 28	340
COMPANHIA TEATRO MODERNO DE LISBOA (TML): ENGAJAMENTO, RESISTÊNCIA E CRIAÇÃO CULTURAL NOS ANOS 1960	
Kátia Rodrigues Paranhos	
DOI 10.22533/at.ed.01620110228	
CAPÍTULO 29	351
ACAMPAMENTO E CULTURA POLÍTICA: ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES – RJ (1997-2015)	
Elson dos Santos Gomes Junior	
DOI 10.22533/at.ed.01620110229	
CAPÍTULO 30	363
O RAP INTERCULTURAL CONSTRUINDO UMA REPRESENTAÇÃO HÍBRIDA DA CIDADE DE MANAUS (1989 A 1999)	
Richardson Adriano de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.01620110230	
SOBRE OS ORGANIZADORES	376
ÍNDICE REMISSIVO	377

PATRIMÔNIO CULTURAL E A HISTÓRIA LOCAL: UMA PESQUISA DO PROFHISTÓRIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Data de aceite: 27/01/2020

Data de submissão: 02/11/2019

Antônia Lucivânia da Silva

E.E.M. José Alves de Figueiredo/SEDUC/Crato-CE

<http://lattes.cnpq.br/9023342565481219>

Paula Cristiane de Lyra Santos

Universidade Regional do Cariri-URCA/Crato-CE

<http://lattes.cnpq.br/0132927816872820>

RESUMO: Este artigo trata de uma pesquisa acerca da História local e patrimônio cultural no ensino de História. A metodologia adotada consistiu em aplicação de questionário com um total de 55 alunos de duas escolas localizadas no município do Crato. As respostas dos discentes forneceram pontos de partida para pensarmos sobre questões relativas ao ensino de História e da educação patrimonial. Entre outras, foram propostas as seguintes indagações: na escola você já estudou sobre patrimônio cultural? A História do seu município é tratada nas aulas? O que você sabe sobre o Beato José Lourenço e o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto? Foi solicitado que dessem exemplos do que entendiam sobre patrimônio cultural; que bens elegeriam como dignos de serem legados às próximas gerações; e que narrassem o que sabiam sobre a História do município onde

moram, o Beato e o Caldeirão. Os dados foram tabelados em gráficos e quadros, destacando os aspectos quantitativos e qualitativos. As análises nos possibilitaram observar que apesar das dificuldades narradas pelos docentes, que se ressentem da escassez de materiais para lidar com a História local, esses temas são em boa medida, trabalhados em sala de aula, no entanto, não são percebidos pelos alunos como parte da História do seu município. Da Escola João Leandro Correia, do total de 23 alunos, 87% declararam que já estudaram sobre a comunidade do Caldeirão; 82% conseguiram escrever sobre a comunidade; 61% citaram algo sobre o Beato; 70% disseram, porém não conhecer a História do município do Crato. Na Escola Estado da Paraíba, de 32 alunos, 53% declararam já ter estudado o Caldeirão e escreveram sobre o tema, e 38%, sobre o Beato. Mas, 81% declararam não conhecer a História do município, ficando a indagação sobre o que seria na compreensão dos estudantes, a História do lugar onde residem.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; História Local; Patrimônio Cultural

CULTURAL HERITAGE AND LOCAL HISTORY: RESEARCH CONDUCTED IN ELEMENTARY SCHOOLS AS PART OF A MASTER'S DEGREE IN HISTORY TEACHING

ABSTRACT: This article reports a study on local history and cultural heritage in the context of History teaching. The method consisted of applying a questionnaire to a total of 55 students from two schools located in the town of Crato, state of Ceará, Brazil. The students' answers prompted a reflection about relevant issues concerning history teaching and heritage education. These were some of the questions from the questionnaire: have you ever studied cultural heritage at school? Is the history of your home town addressed in class? What do you know about Beato José Lourenço and Caldeirão da Santa Cruz do Deserto? The respondents were asked to give examples of what they knew about cultural heritage, and what assets they would choose as worthy to bequeath to the next generations. They were also asked to report what they knew about the history of Crato, Beato, and Caldeirão. The data were tabulated in graphs and charts, with an emphasis on both quantitative and qualitative aspects. The analyses showed that despite the difficulties reported by the teachers, who complain about the scarcity of materials to teach the local history, these themes are, to a certain extent, addressed in the classroom. However, they are not perceived by the students as part of the history of their home town. At João Leandro Correia School, 87% of the 23 respondents stated that they had already studied about the community of Caldeirão and 82% had written about it; 61% mentioned some facts about Beato José Lourenço; 70% of them, however, said that they did not know the history of the town of Crato. At Estado da Paraíba School, 53% and 38% of the 32 responding students said they had already studied and written about the subjects of Caldeirão and Beato José Lourenço, respectively. However, 81% said that they did not know the history of the town. Therefore, one may wonder how those students perceived the history of the place where they live.

KEYWORDS: History Teaching; Local History; Cultural Heritage.

1 | INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentamos parte do resultado da dissertação intitulada “O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: Ensino de História e Educação Patrimonial” defendida em 2018 junto ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, do núcleo Universidade Regional do Cariri. Foram tratadas questões relacionadas ao Ensino de História na educação básica, tendo como ponto central a temática do patrimônio cultural e História Local a partir do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, comunidade liderada pelo Beato José Lourenço, em Crato-CE, entre os anos de 1926 a 1936, desbaratada por uma ação militar articulada pelas autoridades estaduais então representadas pelo governador Menezes Pimentel, General Góes de Campos Barros, Capitão Cordeiro Neto e pela Ordem dos Salesianos, integrante da Igreja Católica e herdeira das terras do Caldeirão conforme testamento feito pelo Padre Cícero, legítimo proprietário daquelas terras.

Vale ressaltar que o modelo de vida adotado pelos moradores do Caldeirão

liderados pelo Beato José Lourenço, seguidor do Padre Cícero, não condizia com os interesses da elite intelectual, católica e latifundiária, pois seguiam um lema de que “tudo era de todos e nada era ninguém”, onde cada um oferecia seu trabalho em prol da coletividade, sendo o trabalho e a oração marcantes na rotina dessa comunidade. Após sua eliminação e décadas de silenciamento da memória desse modelo de organização social, o sítio - com seus bens tangíveis - onde a referida comunidade estava localizada foi tombado pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará no ano de 2005 passando a integrar oficialmente o patrimônio cultural do Estado.

Como parte da metodologia da pesquisa, foi realizado um levantamento através do instrumento de questionário com discentes de 9º ano do ensino fundamental, sendo 23 alunos da Escola João Leandro Correia, 32 da Escola Estado da Paraíba e três professores (Francisca Liliam de Oliveira, Hykaro de Sousa Brígido e Ronald Figueiredo e Albuquerque Filho) de História das referidas instituições localizadas no município de Crato. As compreensões dos discentes forneceram pontos de partida para pensarmos sobre questões relativas ao ensino de História e da educação patrimonial.

Entre outras, foram propostas as seguintes indagações aos discentes: na escola você já estudou sobre patrimônio cultural? A História do seu município é tratada nas aulas? O que você sabe sobre o Beato José Lourenço e o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto? Foi solicitado que dessem exemplos do que entendiam sobre patrimônio cultural e que narrassem o que sabiam sobre a História do município onde residem, sobre o Beato José Lourenço e o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto.

Aos docentes através de entrevistas, lançamos perguntas que nos possibilitassem saber sobre o ensino da História Local, o patrimônio cultural, a História do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto e seu líder José Lourenço, se tais assuntos integram o ensino de História, com que frequência, quais os desafios, as dificuldades e a importância desses temas estarem inseridos na disciplina de História.

Os dados coletados pelos questionários foram tabelados em gráficos e quadros, destacando os aspectos quantitativos e qualitativos, e as entrevistas, apresentadas e problematizadas. As análises nos possibilitaram observar que apesar das dificuldades narradas pelos docentes, que se ressentem da escassez de materiais e formação para lidar com a História Local e patrimônio cultural, esses temas são em certa medida, trabalhados em sala de aula. No entanto, nem sempre são percebidos pelos alunos como parte da História do seu município.

2 | NA ESCOLA VOCÊ JÁ ESTUDOU SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL? DÊ EXEMPLOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL QUE VOCÊ CONHEÇA

Uma das indagações presente no questionário foi direcionada a saber se os

estudantes em sua trajetória escolar estudaram sobre o patrimônio cultural, solicitando em seguida que citassem exemplos de patrimônio cultural. Da Escola João Leandro Correia 56% disseram que não estudaram, 13% afirmaram já ter estudado, 26% disseram não lembrar e 5% disseram achar que não estudaram. Da Escola Estado da Paraíba, 47% afirmaram já ter estudado, 41% afirmaram não ter estudado, 3% disseram achar que já estudaram, 3% informaram que não lembravam, 3% disseram que mais ou menos e 3% deixaram em branco.

Ao solicitarmos exemplos, da Escola João Leandro Correia 13% conseguiram exemplificar, 78% disseram que não sabiam dar exemplos e 9% deixaram em branco. Já da Escola Estado da Paraíba 91% deram exemplos e 9% deixaram em branco.

Entre um total de 32 estudantes que conseguiram citar exemplos do que seria patrimônio cultural, o Caldeirão da Santa Cruz foi citado três vezes nas respostas da João Leandro Correia e doze nas da Escola Estada da Paraíba, e o Beato uma vez, o que nos provocou uma reflexão. Por que os alunos conseguiram mencionar tantas vezes o Caldeirão/Beato, se as respostas dos mesmos eram individuais? Pensamos que o fato de ao nos apresentarmos para a turma termos dito que estávamos ali solicitando a colaboração de todos mediante um questionário com perguntas sobre o Caldeirão da Santa Cruz e patrimônio cultural, tenha levado estes estudantes a darem tais exemplos.

Todavia, acreditamos que essa resposta não seria tão recorrente se a maioria dos discentes nunca sequer tivesse ouvido falar sobre Caldeirão, o que nos permite dizer que o Caldeirão como patrimônio cultural faz sentido para eles. Há uma identificação com esse bem. Nem sempre os bens tombados ou registrados gozam do reconhecimento da população, como bem ressalta Londres Fonseca (1997) acerca do patrimônio cultural como identidade do país, que diante de quase mil bens tombados, estes “funcionam mais como símbolos abstratos e distantes da nação do que como marco efetivo de uma identidade nacional com que a maioria da população se identifique e que integre a imagem externa do Brasil” (1997, p. 17), sendo mais identificado pelas telenovelas, futebol, samba e carnaval do que mesmo por estes bens instituídos. Pensamos que neste caso do Caldeirão como patrimônio cultural, faz sentido para parte significativa desses alunos e mais da metade desses colaboradores tem alguma noção do que foi o Caldeirão.

Assim, embora sabendo que o “poder simbólico dos patrimônios [...] é relativo e tem alcance limitado” (FONSECA, 1997, p. 12), os questionários nos permitiram identificar que muitos dos bens reconhecidos como patrimônio cultural do lugar onde vivem são conhecidos e reconhecidos por estes estudantes: Museu histórico do Crato, o Caldeirão da Santa Cruz, a Chapada do Araripe, o Geopark Araripe, Seminário São José, a RFFSA (Rede Ferroviária Federal S/A), Sítio Fundão, a capoeira... Dentre outros, acrescentaram alguns que apesar de não serem oficialmente reconhecidos,

têm um significado para eles, podendo citar como exemplo a Expocrato (Exposição Agropecuária do Crato), a vila da música e a estátua de Nossa Senhora de Fátima situada no Bairro Barro Branco em Crato.

A mencionada ponte de pedra integra o território do Geopark compreendendo o patrimônio ambiental. Uma das respostas “o prédio da primeira prefeitura onde D. Pedro teve alguns mandatos”, apresenta equívocos, mas para nós valeu o fato de ter identificado a antiga casa de câmara e cadeia que atualmente funciona como museu, tombado pela Secretaria Estadual de Cultura. Ao citar a estátua de Iracema, se referiu à estátua situada em Fortaleza capital do Ceará, evidenciando que os bens por eles conhecidos não se limitam aos que se situam no seu município.

Entendemos ser de grande valia tomar a História Local e o patrimônio cultural como ponto de partida e estratégia metodológica para o ensino da disciplina de História, como estratégia de aproximar a história do lugar no qual se situa o estudante e de tornar mais palpável as questões teóricas, e para tal é imprescindível fugir do viés saudosista e comemorativo, podendo assim através dos bens patrimoniais sejam locais, nacionais ou globais perceber as nuances das memórias e das identidades embutidas nos bens patrimoniais sejam eles tangíveis ou intangíveis. Enxergar o patrimônio cultural como lugar de tensões.

Ao se restringir a um olhar romantizado sobre os bens tombados ou registrados, falseamos a realidade e deixamos de explorar o potencial que ele nos oferece. O patrimônio cultural não se dá de forma natural. É um processo de construção imiscuído de tensões. Portanto, ao lidar com o patrimônio cultural na sala de aula, não basta apresentar os bens tombados e registrados, mas historicizá-los, despi-los do seu lugar de glória, buscando desvendar que memórias, histórias e identidades eles explicitam e que processos de violência escondem ou reforçam, bem como se faz necessário conhecer a trajetória histórica do conceito de patrimônio cultural, tombamento, registro, pois são históricos, e não naturais; preenchidos de subjetividades ainda quando se pretendem ser objetivos.

3 | VOCÊ CONHECE A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE CRATO? CONTE UM POUCO DO QUE VOCÊ SABE SOBRE ELA.

Ao tratarmos da História Local e do patrimônio cultural, buscamos inter-relacioná-los e lançamos perguntas nos questionários direcionados ao corpo discente mediante as quais eles nos deram um apanhado do que esses alunos entendem tanto do patrimônio cultural, do Caldeirão e seu líder José Lourenço, como da História Local sem contudo utilizarmos nos questionários esse conceito, mas sim a expressão História do município de Crato, a fim de facilitar a compreensão dos alunos.

A respeito deste conceito, durante o levantamento bibliográfico, artigos

e dissertações para melhor compreendê-lo, inicialmente, percebemos certa naturalização, pois em vários artigos e algumas dissertações tratavam da História Local sem contudo aprofundar o conceito. Qual a História da História Local? A que ela se refere? O que a faz ser local?

Donner (2012) ao tratar deste conceito diferencia História Local e história local, entendendo esta como uma produção historiográfica com recorte local e aquela como um “gênero historiográfico com temática, público alvo e suas “regras” próprias” (2012, p. 223). Chama a atenção para a necessidade de evitar que a história local seja tratada como uma forma de buscar a comprovação da História Nacional, pois uma das grandes contribuições da história local é justamente a percepção das particularidades geralmente invisibilizadas pelas narrativas globalizantes que não conseguem dar conta dos desdobramentos dos processos históricos em cada localidade.

A História Local, tomada mais como os eventos e narrativas dos acontecimentos específicos de cada lugar, tanto pode ser escrita por historiadores profissionais como por amadores e segundo Donner (2012), quando escrita por amadores ela procura dar conta das especificidades de uma região ou cidade e não é produzida para a academia, mas para os grupos aos quais ela se refere.

Ao fazermos esta pesquisa de mestrado voltada para as questões do ensino de História, compreendemos que a História Local pode ser inserida no currículo escolar, desde que tratada com responsabilidade e rigor metodológico. Embora a História Local geralmente produzida por amadores lide com a memória como sinônimo de História, entendemos que essas produções podem ter grande valia no ensino podendo ser problematizadas e a partir dela serem discutidas as representações, os interesses presentes nos discursos, as memórias que essas narrativas buscam instituir e confrontar essas fontes com outras produções.

A partir de produções acadêmicas que tratam do ensino da História Local e por meio das entrevistas que realizamos com docentes de duas escolas, pudemos perceber que embora as questões regionais e locais estejam referendadas por meio dos PCNs e da BNCC, inserir as temáticas ligadas ao local no ensino de História ainda é um grande desafio. Segundo os PCNs, um dos objetivos desta disciplina é “identificar relações sociais no seu próprio grupo de convívio, na localidade, na região e no país, e outras manifestações estabelecidas em outros tempos e espaços” (1998, p. 43). Entretanto, há uma carência em concretizar tal objetivo, pois conforme relataram os docentes, há escassez de produção historiográfica que contemple as questões locais, e falta de formação que venham a contribuir para com um aperfeiçoamento do fazer docente no que se refere a atingir esse objetivo estipulado pelos Parâmetros Curriculares, que é essa interligação das especificidades locais com o nacional e o global.

No que se refere à História de Crato, os entrevistados afirmaram que há poucas pesquisas sobre a História Local e quando há, não chegam até as instituições escolares, dificultando o fazer docente que necessitaria de um material mais consistente. Vale destacar, como já dito, muitas vezes o que existe de produção não está dentro do regime historiográfico acadêmico correndo assim o risco de ao inserir essa história na narrativa escolar, transformá-la em um rito de memória, ou mesmo introduzir manuais de História Local para serem consagrados como um lugar de memória (NORA, 1993), visto que a narrativa amadora produz geralmente livros “caracterizado por uma abordagem tradicional, descritiva, factualista, cronológica e pitoresca que, no mais das vezes, não tem contribuído para a formação da consciência crítica” (FERNANDES, 1995, p.48).

Ao indagarmos se conheciam a História do Crato e pedimos para narrarem um pouco do que sabiam sobre ela, obtivemos os seguintes percentuais. Escola João Leandro Correia: 70% afirmaram não saber; 26% disseram saber algo e 4% deixaram em branco. Escola Estado da Paraíba: 81% disseram não saber; 13% disseram saber; 3% afirmaram que sabiam mais ou menos e 3% deixaram em branco.

Apresentaremos aqui algumas das respostas emitidas a esta pergunta. Estudantes da Escola João Leandro Correia responderam: 1. Sim. Mais ou menos. Há muitos anos atrás o Crato era pequeno e era um distrito e agora o Crato é populoso e virou uma cidade; 2. Sim. Que de primeiro era um distrito e depois foi virando uma cidade. O Crato era uma feira de muitas coisas.

Estudantes da Escola Estado da Paraíba disseram que: 1. Sim. Que nele moravam os índios Kariri que antigamente a cidade era uma cidade bem limpa e conservada; 2. Sim. Sei que o Crato já foi maior geograficamente e com o decorrer do tempo foi diminuindo, no início era habitado pelos índios Kariri; 3. Sim. Sei que ela passou três dias independente de Portugal.

As respostas são breves, não precisam bem os fatos nem o tempo em que se deram. São vagas memórias de conteúdos estudados em suas trajetórias escolares. Foi bastante recorrente mencionar os índios Kariri como primeiros habitantes, sem, no entanto situar no tempo, utilizando as palavras “antes”, “antigamente”, “de primeiro” para se referir a um tempo longínquo. Os índios Kariri são mencionados como algo passado. Ao dizer que a cidade era limpa, é provável que tenham pensado na poluição do Rio Granjeiro, que corta o centro da cidade, dentro do qual são lançados os dejetos produzidos pela população.

Uma das respostas reconhece a dinâmica de transformação da cidade que teve ao logo do tempo suas dimensões territoriais alteradas. Menciona também um fato político que marcou a história do município que foi a participação na chamada Revolução de 1817, mediante o qual José Martiniano de Alencar proclamou a República, sendo, porém esse movimento derrotado.

4 | VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE ESTUDAR SOBRE A HISTÓRIA DO SEU MUNICÍPIO? POR QUÊ?

Ao indagarmos sobre a importância ou não de estudar a História do município, dos 23 estudantes da turma da Escola João Leandro Correia, 91% disseram ser importante; 5% disseram não saber se é ou não importante e 4% deixaram em branco. Dos 32 colaboradores da Escola Estado da Paraíba, 94% consideraram ser importante e 6% deixaram em branco. Abaixo estão algumas das justificativas dadas pelos colaboradores.

Algumas respostas dos estudantes da Escola João Leandro Correia foram: 1. Porque sempre é bom falar de seu município, como Caldeirão, que é um lugar bem conhecido em muitos lugares; 2. Sim. Porque é o lugar onde eu moro, e sim, eu tenho todo direito de saber a História do meu município e é legal, quando meus filhos perguntarem, eu saber responder bem; 3. Sim. Porque através disso podemos saber um pouco sobre o nosso município. Exemplo. O que aconteceu naquela época, o que as pessoas fizeram, entre outras.

Estudantes da Escola Estado da Paraíba disseram: 1. Sim. Para saber das nossas raízes, nossa História, nossos antepassados para entender quem somos; 2. Sim. Para que saibamos o que foi feito, e como tudo começou; 3. Sim. Porque assim a gente aprende mais sobre a História do município e sobre as pessoas importantes que habitaram esse lugar; 4. Sim. Para sabermos o que aconteceu antes de nós e o que mudou antigamente até agora.

Uma das repostas aponta o Caldeirão como integrante da História Local, o que nos chamou a atenção, pois dos 55 participantes, a maioria, apesar de ter relatado sobre a História do Caldeirão e do Beato, disseram que não tinham conhecimento da História do seu município. Outro destaque é a compreensão do conhecimento sobre a História do seu lugar como um direito, e mesmo o conhecimento do passado como necessário para se compreender no presente e as transformações ocorridas.

Uma das respostas identifica um entendimento da História Local como uma narrativa envolvendo personagens que foram consagradas como de grande importância para o lugar. Quem seriam essas pessoas importantes? O que define se uma pessoa foi importante para o lugar? Tendo em vista a perspectiva sob a qual muitas vezes a História Local é tratada, é possível que se trate de uma espécie de comemoração, de culto aos heróis. Seria a História numa perspectiva da comemoração e da nostalgia?

Ao tratar do crescimento da busca pela História Local, Donner afirma que muitos se interessam por esta história por razões nostálgicas. “Para elas, conhecer e pesquisar sua história traz um sentido de pertença, de lugar no mundo” (2012, p. 225).

5 | O CALDEIRÃO DA SANTA CRUZ DO DESERTO E O ENSINO DE HISTÓRIA

Ao indagarmos se na escola já estudaram sobre o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto e o Beato José Lourenço, obtivemos dos alunos da Escola João Leandro Correia os seguintes percentuais: 87% afirmaram já ter estudado; 9% não terem estudado e 4% não responderam. Dos colaboradores da Escola Estado da Paraíba 53% disseram já ter estudado; 40% disseram que não estudaram; 4% disseram achar que não e 3% deixaram em branco. Em seguida solicitamos que escrevessem um pouco sobre o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto e sobre o Beato José Lourenço a fim de ter um mapeamento do que esses alunos sabiam a respeito deste tema.

Dos discentes da Escola João Leandro Correia 82% escreveram sobre o Caldeirão, 9% disseram que não sabiam sobre o assunto e 9% deixaram em branco. Algumas das respostas foram: 1. Que várias pessoas frequentavam lá e passou a se chamar de Caldeirão porque lá tem um buraco muito fundo, que se parece com caldeirão. Daí deram o nome de Caldeirão. 2. Eu sei que tem uma missa em uma vez no ano e tem muita gente de todos os lugares. 3. O Caldeirão foi um lugar que já foi bombardeado. E todo ano recebe várias pessoas na missa do beato São Lourenço. 4. Que lá já morou meu Padre Cícero e que lampião já passou por lá e que hoje mora um senhor. 5. Que o Beato José Lourenço foi para o Caldeirão a mando do Padre Cícero e lá formou uma comunidade socialista. E o governo não aceitou isso e mandou bombardear o Caldeirão.

Já da Escola Estado da Paraíba 53% escreveram, enquanto 25% disseram não saber e 22% deixaram em branco. Dentre as respostas, alguns disseram: 1. Sei que as terras foram doadas pelo Padre Cícero para o Beato e lá ele fez como uma vila para as pessoas, mas aconteceu uma “briga” e um prefeito não queria e acabou matando todos, amarrando, atirando, jogando bombas de cima do avião. Ainda tem pessoas vivas, e são eles que dão a entrevista. 2. Pelo que sei o Caldeirão na segunda guerra mundial foi atacado e lá moraram pessoas de grande relevância, como o Beato José Lourenço. 3. Só sei que lá é uma comunidade muito antiga da nossa região que foi criada por Beato José Lourenço. 4. Um lugar que houve guerra, os corpos de quem defendia o Caldeirão eram enterrados lá, numa capela.

Em suas narrativas os discentes demonstraram o que ficou em suas memórias de tudo o que já ouviram a respeito do tema, sendo essas memórias fragmentadas e fundidas com outros fatos históricos ocorridos em tempos e espaços diferentes, como é o caso de afirmar que o Caldeirão “na segunda guerra mundial foi atacado”. Há relatos com comprovação científica e outros advindos de ficções, das narrativas orais que se propagam e que ganham ar de veracidade, sem, no entanto haver provas.

Podemos mencionar a narrativa sobre a qual nunca tínhamos ouvido falar antes

da aplicação desse questionário, a passagem de Lampião nas terras do Caldeirão, fato este desconhecido pela historiografia. Outro ponto é a respeito do Padre Cícero - que de fato foi legítimo proprietário das terras do Caldeirão - ter residido lá, quando na realidade morava em Juazeiro do Norte-CE.

Podemos identificar mais outros equívocos das memórias que os alunos guardam do que estudaram, como é o caso da atribuição de alguns feitos ao Beato José Lourenço, que haviam sido protagonizados por outro Beato que no início dos anos de 1930 foi residir no Caldeirão, o Beato Severino Tavares, oriundo do Rio Grande do Norte, o qual não se fixou de modo permanente uma vez que saía percorrendo por vários territórios discursando sobre o fim do mundo e propagando a existência do Caldeirão, atraindo novos integrantes para esta comunidade.

Outro ponto a destacar é sobre o bombardeio e os corpos enterrados ao lado da capela de Santo Inácio de Loyola, cuja construção foi iniciada no ano de 1931 na comunidade Caldeirão. A referência ao bombardeio foi significativa em várias respostas e é este um ponto bastante polêmico havendo quem diga que o bombardeio chegou a matar centenas de integrantes do Caldeirão e quem diga não ter havido bombardeio. Entretanto, há quem entre em contradição ao negar este fato. Talvez o termo técnico mais adequado não seja esse, BOMBARDEIO, porém, segundo a pesquisadora Vera Lúcia Maia em entrevista para a construção do documentário “O Caldeirão do beato José Lourenço, documentário produzido pela TV Assembleia do Ceará (https://www.youtube.com/watch?v=sM_b1dscoi8), ao negar o bombardeio acaba afirmando que aviões fizeram voos rasantes e jogaram granadas de mão.

O episódio dos aviões fazendo voos rasantes aconteceu na Mata dos Cavalos onde parte dos ex-moradores da comunidade estavam refugiados, cerca de um ano após a desarticulação da comunidade feita pela polícia a mando do Estado, sem, no entanto, até o presente se ter condições de se afirmar com precisão se de fato houve mortes nessa operação de perseguição no ano de 1937 e o número de vítimas. Este episódio, embora seja ele o mais delicado e polêmico, é um dos mais marcantes nas memórias sobre o Caldeirão.

E quanto aos corpos dos antigos moradores, vítimas das perseguições comandadas pelo Estado e Igreja Católica, estarem sepultados na capela, é um equívoco presente na memória dos alunos seja advindo de alguma narrativa que ouviram ou da sua própria experiência de visitação a este lugar, pois logo ao lado da capela há alguns túmulos e cruzeiros, um pequeno cemitério, mas que não é jazigo dos que por ventura tenham falecido durante as perseguições de 1937.

As experiências sejam elas decorrentes dos relatos ouvidos ou recursos visuais, levam cada um a formar narrativas que muitas vezes se chocam com os fatos, não sendo necessariamente resultado de manipulações maliciosas, mas fruto inconsciente da própria memória que procura dar um sentido aquilo que vê e ouve,

sendo constantemente sujeita a reatualizações.

Alguns textos dos alunos abordam o Caldeirão no tempo presente ao dizer que “tem uma missa em uma vez no ano e tem muita gente de todo os lugares”. Apesar de não explicitar com clareza para o leitor não familiarizando com essa história, está se referindo à romaria que acontece anualmente no segundo domingo de setembro desde o ano 2000, se constituindo esse ritual como uma lembrança do passado e a construção de uma memória que busca ressaltar mais o aspecto religioso.

A romaria a partir do ano 2000 por iniciativa da Pastoral da Terra e o tombamento do Caldeirão pela SECULT através da solicitação do cineasta Rosemberg Cariry podemos dizer que o transformaram em um lugar de memória. Pensamos lugar de memória como teorizou Nora, para quem, “são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional” (1993, p. 21), havendo uma intenção em legar os poucos resquícios materiais desse passado às futuras gerações, monumentalizando os bens lá presentes. Ritos de memória acontecem nesse espaço consagrando-o como algo a ser lembrado e que por meio deles se mantem vivo e ganha significados para aqueles que os vivenciam.

Entretanto, ao lidarmos com as práticas educativas, sentimos a necessidade de problematizar os ritos e as diversas memórias construídas no passado e no presente, buscando historicizar as trajetórias das memórias do Caldeirão que sofreram diversas alterações ao longo do tempo, sendo por décadas silenciadas, negadas, vindo à tona como um passado a ser lembrado desde meados da década de 1980.

A respeito do Beato José Lourenço, líder da comunidade Caldeirão, na Escola João Leandro Correia 61% escreveram, 17% disseram não saber e 22% deixaram em branco. Algumas das respostas disseram que o Beato: 1. Ele era paraibano e chegou ao Estado do Ceará e meu padrinho Cícero enviou para o Caldeirão e lá ele ficou tomando conta. 2. Foi o Padre Cícero. 3. José Lourenço era paraibano e ele chegou ao Ceará como santo e foi santificado como “Padre Cícero”.

Na Escola Estado da Paraíba obtivemos os seguintes percentuais: 38% responderam, 37% disseram não saber e 25% deixaram em branco. Alguns disseram que o Beato: 1. Foi uma grande pessoa para vida de várias pessoas e também para a História do Crato e ajudou muita gente. 2. Era o líder do Caldeirão. 3. Foi um homem que acolheu pessoas necessitadas que sofriam fome e sede e lhes dava trabalho. 4. Não sei por exato, só sei que foi um cara que saiu da região dizendo que o mundo ia se acabar e disse para todos irem para o Caldeirão.

José Lourenço, natural de Pilões de Dentro, Paraíba nasceu no ano de 1872. Chegou a Juazeiro do Norte em 1890, passando a seguir os ensinamentos do Padre Cícero tendo este recomendado a José Lourenço que viesse ao Crato residir na zona rural sendo sua incumbência liderar homens e mulheres numa rotina de trabalho coletivo e oração no Sítio Baixa Dantas, posteriormente no Caldeirão e com o fim

desta, foi residir no Sítio União em Exu Pernambuco de 1940 até sua morte em 1946. Seu corpo jaz no Cemitério do Socorro em Juazeiro do Norte.

As respostas provocam várias reflexões sobre as compreensões desses estudantes. Ao falar sobre o Beato, o que intencionou dizer com a expressão “Foi o Padre Cícero”? Estaria afirmando que ambos eram a mesma pessoa? Ou quis estabelecer uma relação entre eles, que de fato havia, e não soube se expressar adequadamente?

“José Lourenço era paraibano e ele chegou ao Ceará como santo e foi santificado como “Padre Cícero””? Os estudantes desta turma, da Escola João Leandro, haviam estudado o tema Caldeirão uma semana antes da aplicação do questionário. A resposta mostra um conhecimento advindo da fé ou do senso comum repassado pela tradição. Apesar do contato com a narrativa científica seja pelo discurso da professora ou do livro didático, a narrativa aprendida fora da escola predominou na memória deste estudante, visto que o Padre Cícero e o Beato Lourenço não são santificados e até o presente não há ações em prol da santificação deste último. A Diocese de Crato elegeu Caldeirão como Santuário das Missões, mas não há uma defesa ou uma narrativa em prol do Beato como santo.

Apesar disso, as narrativas oficiais não possuem controle sobre as memórias submersas nas mentes das pessoas, não sendo impossível que esse aluno ou alguém que ele conheça tenham o Beato como um santo. Um pensamento resistente que não se desfez ao ter contato com o discurso historiográfico.

Uma resposta diz que José Lourenço era um padre. Lourenço foi um leigo dedicado à religião católica e por não ser padre, não agia como tal. Fazia orações e penitências juntamente com os moradores dessa comunidade, sem, contudo assumir os rituais específicos de um sacerdote, e por este motivo resolveu erguer uma capela para que padres lá fossem celebrar missas. Ainda assim, foi acusado por pessoas de fora do Caldeirão, como sendo um fetichista e adulterador do culto católico. Esse discurso foi bastante recorrente no processo de desqualificação do Beato.

6 | O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL EM CRATO

Já que este trabalho também trata da História Local, mencionaremos a criação da Lei municipal nº 2707/2011, que tornou obrigatório nas escolas da rede pública e privada de ensino a introdução à História do Crato “que passa a integrar o programa da matéria de história” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO, Lei 2707, 2011, p. 1), nas séries do Ensino Fundamental II.

Tornou obrigatório o hasteamento da bandeira do Município de Crato, do Estado do Ceará, a bandeira do Brasil e a execução de seus respectivos hinos, sendo este rito de memória praticado no primeiro dia útil de cada mês do ano letivo, e os hinos

serem preferencialmente cantados, sendo obrigação das instituições escolares o fornecimento das letras dos hinos, por escrito, aos estudantes.

O autor do projeto de lei nº 035 de 2011 que resultou na já citada lei foi o vereador George Macário de Brito (PSDB), aprovado por unanimidade. Segundo a justificativa do projeto,

Normalmente, no dia a dia, deixamos de cultivar as cores das nossas flâmulas e de entoarmos as letras dos nossos hinos, o que é lastimável. Este grave equívoco vem ocorrendo, nas últimas décadas, pois um instrumento indispensável, que era a Matéria de Moral e Cívica, da saudosa memória, fora equivocadamente retirada do programa das Escolas Brasileiras. Um verdadeiro tiro no peito da Pátria! [...] Ao longo dos anos, temos inclinado em divulgar a nossa Cultura, vocação natural que nos rendeu o título de Capital da Cultura. Entretanto, o Crato do alto dos seus 247 anos, possui uma rica e bela história que, injustificadamente, fora deixada à margem por todos os cratenses que, de um modo geral, são desconhecedores de sua trajetória histórica. Se este impropério, ou seja, se este insulto aos nossos antepassados perdurou até os dias atuais, será esta Lei, o instrumento que buscará a reparação deste equívoco, no mínimo, bicentenário (Projeto de lei 035, 2011, p. 3).

Mesmo com a aprovação da lei, não foram realizados esforços por parte do município em efetivar a inserção da História Local. Porém, mais do que uma preocupação com a efetivação da lei, é refletir acerca da visão de História que se pretende trabalhar na educação básica. Tal visão se apresenta totalmente em dissonância com as próprias orientações da legislação nacional e das concepções de ensino de história defendidas pelos pesquisadores da área de ensino.

Há uma perspectiva de ensino de História, por parte de quem elaborou e dos que a aprovaram, centrada na subjetividade, no senso comum e uma visão pautada na nostalgia, um saudosismo de um passado supostamente perfeito que se pretende resgatar, se constituindo na defesa de um ensino esvaziado e criticidade e instituidor de um lugar de memória única. Uma narrativa nostálgica esvaziada de tensões “seja para não enfrentar os dilemas do presente, seja para resgatar um passado reciclado, serve de porto seguro, com seus apegos a lugares e rostos conhecidos, e situações previsíveis, confortáveis e, literalmente congeladas” (PADRÓS, 2001, p. 7), servindo aos interesses de uma elite que se sente ameaçada com as discontinuidades e pequenas rupturas nas formas de interpretar o passado e lidar com o presente.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os questionários, embora ambas as escolas integrem a rede pública municipal, existem particularidades. Os estudantes da João Leandro apenas 13% afirmaram já ter estudado sobre patrimônio cultural e apenas os mesmos 13% emitiram exemplos do que entendem ser patrimônio cultural, enquanto que na

Escola Estado da Paraíba 47% afirmaram ter estudado e um percentual maior, 91%, exemplificou patrimônio cultural.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História orienta ser um dos objetivos “valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia” (1997, p.33). No entanto, entre tantos objetivos, demandas e dificuldades cotidianas, nem tudo é trabalhado enfaticamente.

Outra questão a ser pontuada é que as significações do currículo escolar se dá de forma subjetiva e nem sempre os alunos conseguem identificar os conteúdos que viram a longo de sua jornada escolar, podendo alguns ter estudado em alguma série anterior e não conseguir identificar como sendo patrimônio cultural. As experiências extraescolares também influenciam no aprendizado. Como visto o número de pessoas da Escola Paraíba que conseguiram dar exemplos, foi extremamente superior ao percentual dos que afirmaram já ter estudado.

Na Escola João Leandro 87% estudaram sobre Caldeirão, 82% relataram sobre Caldeirão e 61% sobre José Lourenço. Na Escola Estado da Paraíba, 53% estudaram sobre Caldeirão, 53% narraram acerca do Caldeirão e 38% relataram a respeito de José Lourenço. Foi possível verificar, como já dito, que anterior a nossa ida à Escola João Leandro, a professora havia trabalhado este assunto tendo inclusive uma página no livro didático dedicada a este assunto. Na Escola Paraíba, o tema não constava no livro didático, porém o professor já estava com uma visita agendada ao Caldeirão.

Os discentes, apesar de muitos terem escrito sobre o Caldeirão e o Beato, poucos afirmaram saber sobre a História Local, não reconhecendo o assunto por eles narrados como sendo parte desta história. É provável que essa postura se deva ao fato de ainda haver no imaginário uma ideia de História Local voltada para a narrativa de nomes, datas e fatos protagonizados pelos povos colonizadores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC / SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

Câmara Municipal de Crato-Ceará. **Lei municipal nº 2.707/2011**. Institui a História do Crato na disciplina de História nas escolas de Crato-Ceará.

Câmara Municipal de Crato-Ceará. **Projeto de lei 035, 2011**. História do Crato na disciplina de História do Ensino Fundamental II.

CARIRY, Rosemberg; HOLANDA, Firmino. **O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: apontamentos**

para a história. Fortaleza: Interarte, 2007.

DONNER, Sandra Cristina. **Discutindo conceitos e pensando na prática: o histórico das produções no Brasil.** In: XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, julho, 2012, Rio Grande do Sul. Anais. Rio Grande do Sul, 2012.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Um lugar na escola para a história local.** Ensino em Re-vista, v. 4, n. 1, p. 43-51, jan/dez, 1995.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRN; IPHAN, 1997.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** São Paulo: PUC, 1993.

PADRÓS, Enrique Serra. **Usos da memória e do esquecimento na História.** Revista do programa de pós-graduação em letras. Universidade Federal de Santa Maria. Literatura e Autoritarismo, n. 22, junho, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ariano suassuna 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164

Armando de salles oliveira 180, 181, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 192

Arte sacra 246, 253, 255

Assentamento 337, 351, 353, 354, 355, 356, 358, 359, 360, 361, 362

B

Bíblia 211, 215, 284, 286, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297

Biografia 166, 178, 200, 219, 233, 235, 241, 243, 244, 299, 330, 331, 332

C

Consciência histórica 19, 47, 50, 51, 106, 108, 109, 110, 115, 117, 134, 135, 138, 166, 172, 173

Contestado 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140

Cotas 181, 182, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 202, 203, 205, 206

Cultura 7, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 24, 26, 29, 30, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 51, 55, 56, 61, 69, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 93, 95, 103, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 130, 143, 147, 148, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 172, 174, 181, 184, 185, 187, 190, 192, 194, 196, 202, 203, 204, 216, 220, 236, 245, 261, 270, 277, 280, 281, 289, 290, 297, 299, 306, 307, 320, 321, 322, 323, 326, 328, 329, 343, 344, 351, 353, 357, 358, 360, 361, 362, 363, 366, 368, 369, 371, 374, 375, 376

Cultura política 270, 299, 306, 307, 351, 353, 357, 358, 360, 361, 362, 376

Currículo 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 37, 43, 47, 49, 53, 56, 57, 58, 60, 63, 64, 67, 68, 77, 79, 80, 96, 104, 107, 111, 120, 121, 122, 194

D

Diocese 102, 246, 251, 253, 255, 256, 258, 259, 264, 266, 269, 270

Discurso 4, 5, 15, 24, 31, 49, 78, 102, 124, 128, 129, 153, 155, 180, 183, 186, 187, 233, 238, 239, 241, 243, 255, 256, 274, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 291, 292, 293, 294, 296, 297, 300, 302, 303, 304, 305, 306, 314, 315, 317, 375

E

Educação infantil 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 107, 206

Educação patrimonial 80, 83, 89, 90, 91, 92, 93, 332

Egito 156, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 318, 319

Ensino das ciências 53, 54, 58, 62, 67

Ensino de história 1, 2, 12, 15, 19, 24, 37, 39, 44, 49, 51, 68, 91, 92, 99, 103, 106, 108, 117, 118, 119, 124, 129, 130, 153, 171, 172, 177, 179

Ensino fundamental 14, 15, 16, 21, 44, 70, 75, 93, 102, 104, 107, 118, 120, 123, 128, 129, 130, 132, 138, 139

Ensino médio 75, 123, 131, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 152

Escravidão 5, 7, 9, 31, 43, 138, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 151, 152, 153, 201, 346, 376

Etnografia 47, 216, 332

F

Folclore 14, 164, 321, 322, 328

Formação de professores 54, 55, 68, 76, 79, 106, 107, 108, 109, 178, 179

H

Hagiografia 214, 233, 236

História da educação 54, 68, 130, 165, 166, 171, 172, 174, 175, 177, 179, 192, 194

História indígena 35, 37, 40, 42, 44, 48, 49, 50, 51

I

Igreja 87, 92, 100, 148, 199, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 237, 239, 240, 241, 243, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 254, 257, 258, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 268, 270, 274, 276, 282, 289, 290, 291, 292, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 322, 343, 347

Interdisciplinaridade 19, 141, 142, 145, 146, 148, 149, 150, 152, 153, 178

Iphan 90, 105, 330, 331, 332, 335, 336, 337, 338, 339

J

José de anchieta 225, 229, 232, 233, 234, 235, 239, 240, 241, 242, 244

L

Lei federal 14, 69, 70, 72, 78

Leitura 1, 2, 3, 24, 29, 62, 113, 114, 115, 118, 119, 125, 127, 128, 156, 160, 174, 231, 268, 272, 277, 282, 284, 286, 290, 291, 292, 293, 294, 297, 306, 340, 345, 360

Livros didáticos 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 59, 63, 66, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 138, 140, 141, 142, 146

M

Manaus 26, 35, 36, 258, 259, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375

Mártir 43, 208, 209, 214, 216, 217, 218, 219, 263

Memória 1, 2, 10, 13, 14, 24, 26, 28, 33, 34, 35, 36, 42, 50, 51, 52, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 90, 93, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 105, 112, 124, 130, 131, 132, 133, 136, 139, 140, 141, 151, 152, 155, 167, 172, 179, 219, 228, 231, 235, 237, 276, 300, 307, 308, 310, 318, 319, 331, 362, 371, 376

Murais 18, 246, 247, 248, 253, 256, 257

N

Negritude 1

O

Ordens religiosas 236, 237, 240, 243, 271, 272, 273, 274, 278, 279, 280, 281, 282, 283

P

Paraíba 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 104, 156, 160, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 308
Patrimônio cultural 80, 86, 87, 91, 92, 93, 94, 95, 103, 104, 256, 330, 332, 338
Patrimônio histórico 80, 83, 87, 89, 90, 330, 335
Paulo bourroul 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67
Pensamento educacional 154
Pensamento social brasileiro 321, 326, 328
Pinturas históricas 118, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 129
Política 14, 17, 21, 23, 36, 42, 48, 49, 56, 59, 68, 80, 105, 119, 121, 122, 129, 135, 155, 156, 160, 161, 171, 174, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 202, 205, 206, 207, 233, 240, 241, 242, 243, 247, 261, 270, 285, 288, 289, 291, 298, 299, 302, 304, 305, 306, 307, 312, 313, 314, 320, 325, 335, 340, 342, 343, 344, 349, 351, 353, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 373, 374, 376
Políticas afirmativas 21, 22, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206
Porto seguro 103, 126, 128, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231
Portugal 97, 178, 208, 214, 219, 223, 227, 229, 232, 245, 269, 271, 272, 274, 281, 282, 283, 323, 324, 325, 340, 341, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350
Profhistória 37, 91

R

Rap 363, 364, 365, 366, 369, 370, 371, 373, 374, 375
Religião 5, 19, 73, 102, 175, 209, 210, 212, 215, 245, 264, 265, 272, 274, 282, 298, 302, 303, 313

S

Sala de aula 2, 12, 14, 20, 22, 40, 45, 49, 65, 91, 93, 95, 109, 118, 121, 123, 124, 125, 128, 129, 131, 133, 134, 136, 139, 161, 163, 168, 176, 177, 339
Santo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 100, 101, 102, 118, 164, 208, 209, 210, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 228, 230, 231, 236, 239, 244, 248, 251, 252, 259, 276, 277, 281, 301, 343, 371

T

Teatro 19, 51, 87, 154, 156, 157, 161, 162, 163, 164, 180, 183, 262, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 348, 349, 350, 369

U

Universidades 39, 162, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 192, 194, 196, 197, 198, 200, 205, 285, 305

Z

Zumbi dos palmares 87, 351, 353, 354, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362

 **Atena**
Editora

2 0 2 0